

Sobre ação e reflexão política durante a Renascença italiana

On political action and reflection during the Italian Renaissance

TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, 231 p.

Sylvia Ewel Lenz

sylviaelenz@gmail.com

Professora associada

Universidade Estadual de Londrina

Rua Cândido Mendes, 850/202

20241-220 – Rio de Janeiro – RJ

Brasil

Palavras-chave

Estado; *Historia magistra vitae*; Ideias políticas.

Keywords

State; *Historia magistra vitae*; Political ideas.

267

Enviado em: 20/12/2011

Aprovado em: 30/4/2012

A obra, resultado da tese elaborada para obter o título de doutor em história social da cultura pela PUC do Rio de Janeiro, prima tanto pela temática, ao relacionar reflexão e ação na política, como pelo estilo fluente, apesar da complexidade do assunto. Felipe Charbel Teixeira, professor de teoria e metodologia da história no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH-UFRJ), foi orientado pelo dr. Marcelo Jasmin.

Timoneiros tem um tom erudito e polifônico, aborda questões universais, fundamentais na construção da sociedade política em que se preza o convívio civilizado. Leitura fundamental para historiadores, cientistas políticos, literatos e humanistas interessados nas obras de Maquiavel e Guicciardini a partir da retórica prudente relacionada à tradição política greco-romana dos antigos, assim como de pensadores clássicos do período renascentista. A obra de Teixeira também contribui para iluminar a história contemporânea posto que:

A reflexão sobre o presente adquire centralidade: este se torna em grande medida incompreensível, segundo os critérios usuais defendidos e praticados em assembleias e magistraturas da República, isso porque a experiência e as histórias antigas deixam de constituir repositórios evidentes em si mesmo de ações e condutas para o presente, e o futuro já não é compreendido como algo plenamente mensurável (TEIXEIRA 2010, p. 72).

Nicolau Maquiavel (1469 – 1527), autor clássico, cujas obras *O príncipe* e *A arte da guerra*, são bem divulgadas entre nós, enquanto seu conterrâneo, também oriundo de Florença, o político Francesco Guicciardini (1483 – 1540), somente há pouco tempo tem sido estudado no Brasil. Sua obra magna, *Storia d'Italia*, parte do testemunho ocular do próprio autor diante de um país dividido e ocupado por potências estrangeiras além dos Estados Papais – França e Império Germânico ao norte e Espanha ao sul da península.¹

Portanto, é notável tomar conhecimento de uma pesquisa de tal envergadura, com cerca de 70 referências a fontes impressas e 250 obras como bibliografia complementar. De início, a quantidade pode causar espanto e até ceticismo pela profundidade exigida na leitura desta vasta bibliografia e, mesmo assim, senti falta de obras afins como as publicadas pelo historiador Marcos Antonio Lopes, especialista em pensamento político moderno. De qualquer modo, a obra em questão exigiu uma pesquisa de fôlego pois também aborda o ser humano, seus vícios e virtudes, as crises morais, as tragédias pessoais relacionadas às conjunturais como a corrupção dos governantes, a fortuna, guerras, invasões estrangeiras, enfim, a ascensão e queda dos Estados.

No entanto, ao longo do texto, o autor demonstra domínio, refere-se a muitos estudiosos do pensamento político renascentista tais como os pesquisadores J. Pocock, Q. Skinner, N. Bignoto e M. Jasmin, além de inserir citações adequadas que iluminam o texto. Além destes, autores clássicos da

¹ Conforme livro elaborado pela resenhista, *Francesco Guicciardini: o Renascimento da história*, publicado pela EDUEL em 2004, resultado da dissertação defendida em 1993, pelo PPGHIS da UFRJ, sob orientação do dr. Arno Wehling. Ainda mais escassos são estudos sobre as obras fundamentais como metodologia histórica e estruturas do Estado soberano elaboradas pelo jurista francês Jean Bodin (1530 – 1596), quase vítima na Noite de São Bartolomeu, marco da deflagração das Guerras Religiosas entre católicos e protestantes.

Antiguidade com Aristóteles, Tito Lívio, Sêneca, dentre outros, além de Cícero que trata do método comparativo, ou seja, da analogia como: “[...] um aspecto da *inventio* – parte da arte retórica responsável pela busca de argumentos verossímeis ou verdadeiros capazes de sustentar uma causa determinada” (TEIXEIRA 2010, p. 51).

Por outro lado, as agruras de Maquiavel e Guicciardini, que viveram momentos de reconhecimento como também de isolamento político são muito atuais, sujeitas aos momentos históricos e às tendências historiográficas predominantes, conforme ditada pelas potências vencedoras durante a Guerra Fria.

Teixeira abre com a introdução intitulada “Navegando num mar agitado pelos ventos”, em minha opinião, sentença-chave da obra *Storia d’Italia* de Guicciardini. Em termos formais, a obra está dividida em três capítulos tão densos que os tornam autônomos entre si, mas também complementares. Cada qual também foi dividido em itens consecutivos que seguem e cumprem a proposta apresentada na introdução. São muitas as notas de rodapé, em geral com a transcrição da fonte original enquanto as demais foram inseridas para indicar autores, obras afins a especialistas no tema.

No primeiro capítulo, “O homem e o corpo político”, o autor remete à representação coletiva da renascença italiana, ou, como dir-se-ia em alemão, da *Weltanschauung* dos homens de letras. Ou seja, suas concepções sobre a natureza humana com seus vícios e virtudes, a função ética da religião cívica dos romanos e mesmo da moral cristã na vida. Dos desatinos da Fortuna tanto na vida das pessoas como de cidades, reinos e civilizações manifestados em guerras, distúrbios políticos ou desastres naturais. Dos humores da medicina de Galeno que caracterizam as pessoas coléricas, sanguíneas, fleumáticas e melancólicas com sequelas ao corpo político também. As influências da esfera celestial, ou seja, dos astros nomeados segundo deuses antigos sobre o mundo dos humanos, inclusive em questões políticas, pois até o Papa consultava os astrólogos. No século XVII os cartesianos separaram de vez o homem do mundo natural e emudeceram a palavra dos corpos celestes, relegados a objeto de estudo da astronomia, parte da física.

Maquiavel e Guicciardini recorrem ao princípio da analogia com o corpo para abordar a natureza humana, a vida cidadina, a organização política. Teixeira disserta sobre o conceito de “prudência” nos pensadores antigos e em Maquiavel e Guicciardini, para quem ser prudente: “[...] é olhar paras as coisas do mundo de forma penetrante [...], separar o substancial do acidental, mergulhar nas motivações dos homens procurando antever [...] as ações e condutas dos agentes políticos” (TEIXEIRA 2010, p. 91).

Teixeira encerra, então, o capítulo ao relacionar a prática exercida como cidadão, na vida civil e político no domínio público, e cujas experiências, nem sempre bem sucedidas, incitaram não só os florentinos, como tantos outros que sofreram as intempéries políticas de seu tempo, a refletir e forjar novas teorias sobre Estado e Sociedade:

Entretanto, os percursos que levaram Maquiavel e Guicciardini da situação de membros ativos da vida política florentina e italiana à condição de homens de letras não foram destituídos de tensões e ambiguidade tampouco resultaram de escolhas bem planejadas ou de um ideal de equilíbrio entre *otium* e *negotium*. Diante da Fortuna, eles procuravam os remédios que pudessem não só amenizar suas situações particulares, como também atenuar a *calamità* italiana iniciada em 1494 (TEIXEIRA 2010, p. 108).

No capítulo seguinte “Um remédio contra a Fortuna? Maquiavel e Guicciardini como homem das letras”, o historiador ressalta temas atuais e eternos como ócio, exílio político e melancolia. A concepção entre os antigos sobre o ócio, voltado para atividades intelectuais, e de sua negação, o negócio, para o trabalho braçal. Já o clero medieval enfatizava a espiritualidade pela contemplação enquanto negociantes, políticos e guerreiros optavam pela ação na vida econômica, civil e bélica. Teixeira centra-se, a seguir, na relação dos florentinos Maquiavel e Guicciardini com o ócio como algo indigno, pois pressupõe a falta de ação cívica e do uso da razão em prol do bem público.

No entanto, em situações de exílio como os sofridos por Maquiavel e Guicciardini após sucessivos fracassos políticos, o estado melancólico na solidão e no ócio impostos pelos infortúnios da vida transmutaram-se na elaboração de suas obras mais ricas e criativas. Os escritos elaborados nesta fase aconselham a prudência na vida cívica e na política assim como a atitude e participação dos letrados na vida pública. Teixeira reflete sobre um problema atualíssimo, pois o século passado não foi só o das grandes guerras na Eurásia, inclusive durante a disputa ideológica entre a URSS e os EUA, como caracterizou-se como a era dos maiores deslocamentos populacionais da história. Pior do que ser banido da vida pública, como vivenciado pelos florentinos, é ser forçado a deixar a terra natal como imigrante ou refugiado político por razões ideológicas, étnicas, bélicas ou mesmo ambientais. Afinal, um imigrante é sempre um exilado no país de recepção, um amputado psíquico que carrega uma perda irreparável em si e dedica-se a trabalhar muito, ou recluso no mundo dos livros, escrever de forma libertária.

No terceiro e último capítulo, “A história como arte da prudência”, Teixeira disserta sobre a historicidade dos fatos e palavras, remetendo a Tucídides e Políbio. Ele também ressalta a tensão entre a vida pública e o gênero histórico característico de Cícero assim como o papel da história em Tito Lívio e Salústio como um monumento da virtude. A seguir, o autor reflete sobre as concepções humanistas da história, com o tom ciceroniano predominante na abordagem humanista da história. E cita letrados que escreveram sobre Florença e o novo gênero histórico – a narrativa a partir da pesquisa em arquivos, para além da memória pessoal, de crônicas oficiais ou apologéticas. Teixeira remete, então, aos escritos de Bruni e Braccioli sobre a história de Florença para ressaltar o caráter convencional da *Istorie Florentine* elaborada por Maquiavel.

Teixeira ressalta que Guicciardini avalia a realidade como um todo, relacionada tanto a eventos exteriores como a sua própria vida com sua conturbada trajetória política. Afinal, ele serviu tanto ao patriciado de Florença como diplomata em Madri – “os embaixadores são os olhos e os ouvidos do Estado” – e também ao Papa-general, Leão X que expandiu os domínios papais no centro da Itália:

Daí a melancolia de suas reflexões e a resignação diante do imponderável, associadas à constatação da imensa variedade das coisas do mundo e da quase impossibilidade de controlar as próprias ações. Os que são prudentes possuem vícios de caráter; os que são graves e bons têm medo de tomar decisões (TEIXEIRA 2010, p. 210).

Quisera que historiadores e políticos contemporâneos também tivessem a humildade de refletir, de modo sincero e realista, sobre a consequência de seus atos egoístas e impensados. Guicciardini analisa a atitudes do papa espanhol, Alexandre VI, cujas decisões políticas visavam interesses pessoais em detrimento da *res publica*, ou seja, do bem comum. O suposto representante de Deus na Cristandade, ao invés de zelar pelo bem-estar espiritual dos seus súditos, concentrou-se na expansão territorial da Cristandade às custas dos italianos, rumo a domínios ultramarinos.²

Nas "Considerações finais" o autor defende a retórica de Maquiavel para exaltar o papel da prudência mediante o emprego da pena, ou seja, da escrita como espada na política. Em uma frase Teixeira tem a capacidade de sintetizar o eixo de sua complexa obra:

Entendida como bom juízo, agilidade decisória e aguçada capacidade de examinar as sutilezas das coisas humanas, a prudência é uma categoria central nos escritos de Maquiavel e Guicciardini, conformando um modo de análise dos fenômenos políticos revelador de duas dimensões absolutamente interligadas: um caráter calculativo – a capacidade de análise dos resultados práticos das intervenções dos agentes políticos e de antevisão de suas possíveis deliberações e ações – e performativo – a prudência só pode ser reconhecida publicamente como produto discursivo regrado segundo preceitos ético-retórico-poéticos estabelecidos em tratados antigos e humanistas de arte retórica (TEIXEIRA 2010, p. 211-212).

271

Em um mundo hiperconectado, com prazos brevíssimos para tomada de decisões, diante dos discursos vazios dos dirigentes mundiais e de nossos governantes, a obra de Teixeira retoma a importância da reflexão na tomada de decisões mediante uma retórica prudente, fundamental para a condução digna dos negócios políticos.

² O papa Alexandre VI simplesmente dividiu o domínio mundial entre dois reinos – o espanhol e o português – para expandir o catolicismo romano, e assim, enriquecer os domínios papais fora da Europa, principalmente nas Américas. Afinal, os otomanos, seguidores do Islã, haviam tomado Constantinopla, a capital da Cristandade Oriental, ou seja, da Igreja Ortodoxa e conquistavam povos católicos e eslavos no leste europeu até chegar às portas de Veneza e Viena, baluarte do catolicismo germânico. O Estado Papal, extinto na ocupação napoleônica, restaurado, mas relegado a mero bairro de Roma durante a unificação italiana, em 1929 foi fundado como Vaticano em comunhão com o fascismo de Mussolini. Quatro anos depois, foi o primeiro Estado, que, sob Pio XII, reconheceu o regime nazista como forma de ampliar o domínio católico sobre uma Europa ameaçada pelo ateísmo comunista.